
A INTERRELAÇÃO ENTRE: PLANO EDUCACIONAL, PLANO INSTITUCIONAL, PLANO CURRICULAR, PLANO DE ENSINO E PLANO DE AULA

THE INTERRELATION BETWEEN: EDUCATIONAL PLAN, INSTITUTIONAL PLAN, CURRICULAR PLAN, TEACHING PLAN AND LESSON PLAN

Sidelmar Alves da Silva Kunz¹⁰

Norma Lucia Neris de Queiroz¹¹

Eloane Aparecida Rodrigues Carvalho¹²

RESUMO

O objetivo deste artigo foi expor as interrelações entre plano educacional, plano institucional, plano curricular, plano de ensino e plano de aula, levando em consideração as fases do planejamento e os componentes básicos do planejamento de ensino e de aula. Para tanto, foram apresentadas as reflexões pedagógicas edificadas com base nas práticas educativas e na exploração de conceitos e de informações presentes no arcabouço bibliográfico e documental atinentes a esse campo de investigação.

Palavras-chave: Planejamento Educacional; Currículo; Ensino Escolar.

ABSTRACT

The purpose of this article was to expose the interrelationships between educational plan, institutional plan, curriculum plan, teaching plan and lesson plan, taking into consideration the planning phases and the basic components of teaching and lesson planning. To this end, pedagogical reflections built on educational practices and the exploration of concepts and information present in the bibliographic and documentary framework related to this field of research were presented.

Keywords: Educational Planning; Curriculum; School Education.

INTRODUÇÃO

Quando estamos tratando da educação, destacamos que o planejamento é um modo de elaborar, ou melhor, decidir que tipo de educação queremos e de sujeito que se quer e que tipo de ação educacional é essencial para viabilizar esse planejamento. E, para isso, faz-se

¹⁰ Doutor em Educação pela Universidade de Brasília - DF, Pesquisador do Inep, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Contribuições de Anísio Teixeira para a Educação Brasileira (GEPAT). Graduado em Geografia e Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). (sidel.gea@gmail.com).

¹¹ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília - DF, Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). (normaluciaqueiroz@gmail.com).

¹² (Orientanda) Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Professora Orientadora na Universidade Estadual de Goiás (UEG) (eloanerodrigues1604@gmail.com).

necessário propor uma série de ações como vimos no planejamento da viagem descrito no início deste capítulo se atentando para o fato que o planejamento exige revisão constante em função das possibilidades de alteração sempre presentes (GANDIN, 1985, p. 34).

Neste sentido, "Pensar a ação é uma tarefa permanente que não existe sem a ação, mas não se mistura com ela [...]" (FERREIRA, 1979, p. 58). Por outro lado, é interessante observar que o planejamento tem fases e características diferenciadas para as diferentes situações. Essas características apontam a complexidade dos planejamentos e ao mesmo tempo a importância que eles têm no campo educacional, os tornam singulares e devem ser conhecidas, considerando que todos os profissionais da educação refletem e desenvolvem ações dessa natureza.

O planejamento não exige uma sequência de atividades rígidas e absolutas. Ao considerarmos as características do planejar notamos que está relacionado a uma condição inerente ao ser humano e demanda organização, previsão, antecipação e, em certa medida, intuição. Esses movimentos têm como foco a realização dos objetivos definidos. Portanto, trata-se de um processo flexível e não um produto acabado, pronto e rígido.

Esse processo precisa ser visto como algo adaptativo e flexível. E essa visão colabora para evitar improvisações e repetições em função da orientação realizada com vistas a tomada de decisões. Nesse sentido, a tomada de decisões comporta uma sequência de ações marcadas por intencionalidades. Dessa forma, não há que se falar em neutralidade, pois se define o que se quer planejar. A materialização do planejamento se dá por meio de planos, programas, projetos e correlatos.

1 NOTAS DE REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE AS ARTICULAÇÕES NO CAMPO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Na perspectiva empresarial, o planejamento se divide em operacional, tático e estratégico. O plano estratégico se refere ao que fazer, ou seja, o objetivo e estabelece-se, a longo prazo, com importante capacidade de previsão e baixa condição de executoriedade dado que se trata de uma atuação mais ampla. O plano tático define as ações e institui o como fazer e está mais no plano gerencial, portanto, a previsibilidade e a executoriedade são médias ou intermediárias. Já o plano operacional diz respeito ao fazer, e como executam suas ações no dia a dia, no desenvolvimento concreto das atividades e, desse modo, ele tem uma baixa previsibilidade, mas uma alta executoriedade.

Essa ideia típica do mundo empresarial nos ajuda a pensar alguns pontos do universo escolar. A título de exemplo, podemos fazer essa análise com enfoque na educação e o Plano Nacional de Educação (PNE) por se tratar de um documento que define objetivos, metas e

estratégias pode ser compreendido como um planejamento estratégico em articulação do MEC com os entes federados. Já o Projeto Político-Pedagógico (PPP), por analogia, refere-se ao planejamento tático e o planejamento operacional pode ser interpretado como sendo o que se realiza na sala de aula.

O planejamento é sempre uma opção político-pedagógica daqueles que o realizam e se constitui em uma base para a organização do trabalho pedagógico e orienta o processo de ensino aprendizagem. Desse modo, precisa-se partir de uma avaliação diagnóstica visando o conhecimento da realidade em foco. A avaliação diagnóstica colabora para a construção de um planejamento adequado e coerente com o compromisso de transformação da realidade, porque a educação busca a formação e construção do sujeito.

Além disso, é relevante considerar que a realidade das nossas escolas implica pensar o planejamento distante de posições que manifestam uma visão individualizante, centralizadora, homogênea, hierárquica e excludente. A perspectiva compatível com os debates educacionais e com o foco no estudante sugere a participação de todos de modo a expressar a conciliação das visões do coletivo, a pluralidade de ideias deve ser considerada como valor fundamental, a descentralização das decisões de modo a promover a inclusão das pessoas e a compreensão de que todos podem colaborar para o processo de aprendizagem em um ambiente escolar. Nesta perspectiva, vale a pena conhecer os princípios e características do planejamento educacional.

Tendo em vista os princípios e as características do planejamento educacional, podemos afirmar que o planejamento, como mencionamos anteriormente, precisa ser viável e executável e estar adequado ao contexto em que está inserido. Para tanto, em sua elaboração, devem ser considerados alguns princípios e características importantes, como: continuidade, organicidade, previsão, clareza, flexibilidade, objetividade e realismo.

Entre os princípios, destacamos três deles: o princípio da hierarquização dos objetivos, o da precedência do planejamento educacional e o da abrangência ou do da participação. Além disso, do ponto de vista do princípio da hierarquização dos objetivos, é notório o fato que o planejamento educacional precisa ter sempre uma finalidade, um propósito relacionado aos objetivos máximos da instituição.

Sendo assim, os planejamentos, relacionados às necessidades do sistema educacional, expressam seus objetivos em forma de políticas, normas e leis. Este princípio assegura que qualquer ação a ser realizada, quer seja pelo Ministério da Educação quer seja pela escola, esteja relacionada aos objetivos mencionados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e, concomitantemente, às políticas públicas que regem a educação no país.

Não há como construir um planejamento com objetivos que contrariam os princípios demandados pela LDB 9394/1996 ou pela nossa Constituição Federal de 1988 vigentes, as quais são as nossas maiores leis.

Já o princípio da precedência do planejamento educacional implica pensarmos que quando comparamos a outras funções desenvolvidas pelas instituições educacionais, o planejamento educacional possui grande relevância. Qualquer que seja o trabalho a ser realizado, seja em âmbito nacional, seja em uma pequena escola ou em uma sala de aula, as ações deverão ser intencionais, portanto, precisam ser planejadas para contribuir para a qualidade da educação.

E, por sua vez, o princípio da abrangência ou da participação repercute no entendimento de que, na maioria das vezes, o planejamento provoca a necessidade de realizar mudanças para alcançar os objetivos traçados pela instituição educacional. Essas mudanças poderão mobilizar pessoas, exigir o compartilhamento de ideias, ampliar e requerer a divisão de responsabilidades entre a equipe de participantes e a seleção de novos recursos e meios. Exigirá, ainda, outras competências e habilidades de negociação, bem como o consenso na compatibilização dos interesses do grupo ou dos grupos, em especial, a substituição de novos artefatos tecnológicos.

Antes de discutir as fases dos diferentes níveis de planejamentos educacionais propriamente dito, é fundamental apresentar os elementos necessários para ampliar a compreensão desses planejamentos abordados. Em tal perspectiva, o Quadro 1 nos ajuda a entender seus elementos.

Quadro 1: Planejamento e a direção do processo educacional

Níveis	Elementos necessários
Primeiro	Prioridades básicas
Segundo	Recursos e meios
Terceiro	Objetivos
Quarto	Finalidade
Quinto	Metas

Fonte: elaboração própria.

No sentido exposto no quadro, podemos citar Silva e Silva (2019, p. 691) que consideram o planejamento um “[...] mecanismo necessário para a concretização das metas e dos objetivos que se pretendem alcançar em diferentes esferas da política educacional”.

Da concepção da ideia até a sua execução, o planejamento passa por várias fases. Com o objetivo de que você possa compreender cada uma delas, será apresentado em caráter didático, o Quadro 2 contemplando três fases do planejamento. É importante ressaltar que na prática estas fases podem, na maioria das vezes, não se apresentarem de forma isoladas e muito fácil de reconhecê-las.

Quadro 2: Fases do planejamento

Primeira	Diagnóstico
Segunda	Programação
Terceiro	Controle e Avaliação

Fonte: elaboração própria.

No Diagnóstico, a equipe da escola faz o levantamento, a partir de um exame detalhado da instituição escolar e da proposta pedagógica para decidirem juntos o que precisa ser mudado e ao mesmo tempo vai desenhando a situação que desejam imprimir na escola.

Na Programação, a equipe, com base no diagnóstico, define objetivos e metas que a instituição escolar quer alcançar. E passa, nessa fase, programar as ações/atividades a serem realizadas, estabelecer o cronograma e distribuir responsabilidades entre os membros.

No Controle e Avaliação, a equipe busca acompanhar o desempenho das ações/atividades. Isto é, busca verificar se o que foi programado está acontecendo e como está acontecendo, suas facilidades e dificuldades para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos. Nessa fase, podem surgir diversos desafios e exigir muitos momentos de avaliação das ações/atividades.

Morin (2016) ressalta esses desafios sinalizando que é uma exigência para os novos tempos de modo que as pessoas consigam equacionar a criatividade com o planejamento, haja vista que a organização precisa ser acolhida por novas concepções que envolvem adaptações a cada situação que se apresenta.

Ainda, em consoante com Morin (2016), faz-se necessário que os sujeitos estejam abertos a receber os imprevistos e vê-los como oportunidades de aprendizado e iniciativa para a reconstrução de suas plataformas de pensamento. E, assim, constituir um referencial que

permita trabalhar para o alcance de resultados com base em previsões sustentadas em análises sólidas e abertas ao novo: o inédito.

Neste seguimento, o inesperado precisa ser visto como pertencente ao universo do planejamento, o qual demanda estar aberto e preparado para alterações à medida que se incorporam às novas sugestões e realidades ao processo em desenvolvimento.

A título de elucidação, exploraremos o planejamento educacional, curricular, de ensino e de aula como meios de alargar o entendimento acerca dos seus pontos de diálogo e contribuições para o fazer educacional.

Considerando os níveis de interações no campo do planejamento da educação, é essencial compreender que o planejamento é o processo de abordagem racional e científica dos problemas de educação, incluindo definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional, como destaca Ribeiro (2014, p. 4).

Em tal ponto de vista, trata-se de iniciativas com implicações diretas nas decisões tomadas, dado que, a rigor, também se planeja a própria decisão sobre a área educativa com repercussões diretas no projeto ou política educacional que o Estado e o governo orientam para a sociedade do país.

O Planejamento Educacional quanto à sua abrangência pode ser classificado como estratégico, amplo, sistêmico e de longo prazo, por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), cuja duração é de uma década. O planejamento curricular, que pode ser estadual ou municipal, alinha-se ao Planejamento Educacional e orienta o conjunto de saberes ou conhecimentos que devem ser trabalhados nas escolas da educação básica. Já o Planejamento de Ensino orienta o trabalho docente, o plano de ação ou o plano didático que envolve a execução do processo de ensino e aprendizagem, articulando, ainda, a execução das ações dos gestores e dos professores.

Esse nível de planejamento exige uma tomada de decisões sobre aspectos educacionais em seu conjunto. A sua elaboração requer a proposição de objetivos a longo prazo, definindo, por exemplo, uma política de educação. É realizado por órgãos máximos como as instituições governamentais em nível federal, por exemplo, a LDB 9394/1996 e os Planos Nacionais de Educação.

O Quadro 3 dá visibilidade aos níveis de planejamento pertencentes à prática da educação em nossa sociedade, explorando as suas modalidades e características mais relevantes para a compreensão das suas interrelações e orientações das atividades educativas em suas distintas etapas da educação básica e superior.

Quadro 3: Níveis de planejamento educacional e suas interações

Níveis	Modalidades de planos	Características
Planejamento Educacional Responsável por incorporar as políticas educacionais em uma cobertura ou escala mais ampla, sendo feito no âmbito de decisões nacional, estadual, distrital e municipal.	Planos nacionais, estaduais, distritais e municipais de educação	Programas (conjunto de projetos de uma determinada área/órgãos em um prazo determinado) e projetos (produto do planejamento, no qual se registra o que se quer alcançar) de Estado e de Governo.
Planejamento Curricular Envolve a tomada de decisão pensando a vida escolar do estudante em face da ação pedagógica, consistindo em expectativas que repercutem nas atividades sistematizadas e ordenadas.	Desenvolvido no âmbito das escolas em articulação com a rede educacional	Planos de curso Matriz curricular Projeto Político Pedagógico Regimento escolar Planos de ação
Planejamento de Ensino Abarca atuações concretas dos docentes no ato pedagógico, ações assentadas em interações professor-estudante e estudante-estudante.	Plano de disciplina Plano de unidade Plano de aula	Disciplina: ações a serem desenvolvidas durante o ano ou no semestre Unidade: ações destinadas a cada uma das partes da disciplina Aula: detalhamento para cada aula

Fonte: elaboração própria.

Observa-se no Quadro que o planejamento é um meio de programar as ações dos profissionais da educação, mas não é uma atividade isolada, o planejamento educacional prevê, ainda, diversas interações, incluindo como atividades relevantes à pesquisa e à reflexão, as quais estão intimamente ligadas ao processo de avaliação. Além disso, o “[...] planejamento é uma tarefa educativa que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino” (LIBÂNEO, 1994, p. 221).

O planejamento é uma oportunidade, como mencionamos no início do capítulo, de agir, pesquisar e refletir sobre os fatos, e prever as ações. Nesse sentido, a palavra reflexão:

[...] vem do verbo latino “refectire que significa voltar atrás”. (...) Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. E isto é filosofar (SAVIANI, 1997, p. 23, grifos do autor).

Saviani (1997) chama a nossa atenção sobre a importância da palavra reflexão no planejamento de educação, pois para ele não é uma reflexão qualquer, mas um aspecto articulado. Isto é, o planejamento busca prever e tomar a decisão sobre o que se pretende fazer na educação. O que vai fazer de fato nessa área? Como vão fazer e analisar a realidade? Em seguida, como vão realizar as ações necessárias? E ainda, o que foi de fato alcançado do planejamento realizado?

Antes de discutir o Planejamento de Ensino, apresentamos o Plano da Escola, denominado de Projeto Político-Pedagógico (PPP), o qual deve ser construído em consonância com o Planejamento Educacional e Curricular de seu estado ou município e assim tem a finalidade de orientar as ações globais da escola. O planejamento de ensino (trabalho docente, o plano de ação ou plano didático) que envolve a execução do processo de ensino aprendizagem e a execução das ações dos professores; e o planejamento de aula (nível mais operacional e detalhado) em que o professor sistematiza o conteúdo, os objetivos, a metodologia, a avaliação, dentre outros aspectos.

Parra (1972) pontua que todo trabalho educativo deve ser pautado em um planejamento reflexivo, pois planejar é um modo de pensar em ações que auxiliem atingir o que se quer alcançar. Diante disso, o PPP implica basicamente, decidir sobre o que se pretende realizar na escola. O que a comunidade escolar quer fazer, como fazer, para que, o que e como se deve analisar a situação, a fim de verificar se o que se pretendeu foi atingido.

Na definição do Projeto Político-Pedagógico, materializam-se os diferentes momentos do planejamento: a definição de um marco referencial; a elaboração de um diagnóstico; e a proposição de uma programação com vistas à implementação das ações necessárias à realização de uma prática pedagógica crítica e reflexiva.

Nesse quesito, Cruz (1995) destaca que um dos desafios que a escola tem nos dias de hoje é superar a construção tradicional do PPP, tendo em vista que “[...] muitas instituições querem o Planejamento Participativo para organizar a escola, mas não como um instrumento de transformação social” (SOUZA, et al., 2005, p. 27).

O planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu Projeto Político Pedagógico. Na perspectiva desenvolvida, aqui, o planejamento deve se pautar pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática, e institui-se como um momento privilegiado de

tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica. O planejamento, no âmbito da unidade escolar, caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como uma possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização deste trabalho.

Na definição do Projeto Político-Pedagógico, materializam-se os diferentes momentos do planejamento: a definição de um marco referencial; a elaboração de um diagnóstico; e a proposição de uma programação com vistas à implementação das ações necessárias à realização de uma prática pedagógica crítica e reflexiva.

Sendo assim, os professores devem pautar o planejamento de suas aulas e de projetos pedagógicos no Projeto Político-Pedagógico, considerando que ele foi organizado no início do ano pela comunidade escolar. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é “[...] um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa” (VASCONCELLOS, 1995, p. 143).

Agora, voltando-se ao planejamento curricular comunicamos que se trata de um documento plural e multidisciplinar marcado por influências distintas resultantes de relações de poder que se materializam nas decisões no cenário da escola tomando como referência as relações lógicas e psicológicas dos múltiplos campos do conhecimento com foco na constituição das condições que facilitam o processo de ensino aprendizagem.

Trata-se do repertório de atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes sob o auxílio dos profissionais da escola, com vistas a alcançar determinados fins educativos. Sendo assim, o objetivo do planejamento curricular orienta o trabalho do professor em suas atuações como docente, ou seja, em suas práticas pedagógicas concretas: planejamento das experiências a serem vivenciadas na escola.

O Planejamento do Ensino é a previsão inteligente e bem articulada de todas as etapas do trabalho escolar que envolvem as atividades docentes e discentes, de modo a tornar o ensino seguro, econômico e eficiente; é a previsão das situações específicas do professor com a classe; é o processo de tomada de decisões bem informadas que visam à racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação ensino aprendizagem, possibilitando melhores resultados e, em consequência, maior produtividade.

Qualquer que seja o tipo de plano de ensino, é importante que seja coerente com fundamentos conceituais e metodológicos inseridos em uma prática pedagógica socializadora e promotora do processo de construção do conhecimento, na qual o professor passa a ser mediador e criador de situações de aprendizagem para que o aluno aprenda. Sendo assim, a

atuação do professor é intencional - sabe onde é preciso chegar, reflete sobre o que precisa ser feito para chegar -, aproveitando os ventos e as correntes favoráveis, estudando novas rotas caso seja necessário.

E para isto, faz-se necessário, o professor planejar suas atividades pedagógicas. Libâneo (1994, p. 222) define o plano de ensino como “[...] um documento mais elaborado, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico”. No planejamento de ensino, cabe ao professor criar situações de aprendizagem, envolvendo a “[...] problematização dos conteúdos, a coordenação das equipes de trabalho, a sistematização das experiências de aprendizagem, as quais valorizam e possibilitam o diálogo entre culturas e gerações” (SILVA, 2002, p. 70).

Já o plano de curso é definido por Vasconcellos (1995, p. 117, apud PADILHA, 2003, p. 41) como “[...] a sistematização da proposta geral de trabalho do professor naquela determinada disciplina ou área de estudo, numa dada realidade. Pode ser anual ou semestral, dependendo da modalidade em que a disciplina é oferecida”.

Libâneo (1994) afirma que a principal atividade do professor é assegurar o processo de transmissão dos conhecimentos culturais acumulados socialmente. E para isso, é preciso planejar suas aulas, buscando explicitar aspectos, tais como: objetivos, conteúdos, estratégias de ensino, recursos didáticos e o processo de avaliação.

Na mesma direção, defende Saviani (2003) que o processo de ensinar se trata de uma instrumentalização, da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais produzidas socialmente e preservados historicamente de modo que a sua apropriação pelos alunos está na dependência de sua transmissão dos aspectos culturais pelo professor. O plano de aula deve abordar esses aspectos, que também estão pontuados no Quadro 4.

Quadro 4: Descrição dos componentes do plano de aula

Componentes	Descrição
Objetivos	Descrevem o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (competências) que será mobilizado pelos alunos no processo e aprendizagem.
Conteúdos	Conhecimentos sistematizados e organizados que serão utilizados pelo professor e alunos para que possam compreender as relações existentes entre o objeto de estudo e a realidade.
Estratégias de ensino	Métodos, técnicas e processos que serão utilizados pelo professor para mediar o processo de aprendizagem, tornando-o mais significativo.

Recursos didáticos	Equipamentos e instrumentos que são utilizados com o objetivo de ampliar as possibilidades de aprendizagem.
Avaliação	Processo pelo qual pode-se verificar se ocorreu mudança de comportamento.

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 4 trata dos aspectos essenciais do plano de aula. Sendo assim, o planejamento de aula “serve para que os professores e os alunos desenvolvam uma ação eficaz de ensino e aprendizagem” (MENEGOLA; SANT’ANNA, 2010, p. 43).

O Plano de aula pode ser compreendido, ainda, como a “(...) sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem.” (PILETTI, 2001, p.73).

Além disso, os objetivos educacionais podem ser considerados as metas e os valores mais amplos que a escola e o professor procuram alcançar e os objetivos instrucionais são proposições mais específicas referentes às mudanças comportamentais esperadas para um determinado grupo de estudantes.

O conteúdo refere-se à organização do conhecimento em si, porém, com base em suas próprias regras, ele é um instrumento básico para poder atingir os objetivos. É importante que, no plano de aula, o professor traga o conjunto de conhecimentos em consonância com o Projeto político-pedagógico que precisa trabalhar em sala de aula com os estudantes para abranger todos os temas que estão listados no currículo da escola para aquele grupo de estudantes. Entretanto, no decorrer do ano letivo, mudanças podem ser necessárias no processo educativo. Por outro lado, sabemos que o planejamento tem como uma das características, a flexibilidade.

Os planos de aulas precisam estar vinculados à prática pedagógica, por isso muitas vezes necessitam ser revistos e refeitos. Além disso, devem apresentar objetivos claros, utilizando os verbos adequados, uma vez que os planos de aula revelam a concepção que se tem do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Libâneo (1994, p. 222), o planejamento de ensino e de aula “não se reduzem ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, é antes, a atividade consciente com a previsão das ações político-pedagógicas”. A partir dos ensinamentos de Libâneo (1994), podemos estruturar os métodos e técnicas de ensino levando em conta os aspectos tidos como essenciais para que o professor considere em suas ações de planejamento de ensino. O Quadro 5 apresenta um conjunto de pontos que precisam ser valorizados no espaço educacional com vistas a obter sucesso nas empreitadas pedagógicas junto aos estudantes.

Quadro 5: Aspectos relevantes (métodos e técnicas de ensino)

Perfil dos estudantes
Concepção de aprendizagem
Condições físicas do espaço escolar
Tempo disponível do trabalho pedagógico
Relação dos estudantes com o conteúdo tratado
Objetivos de ensino e aprendizagem
Experiência didática do professor
Afetividade e vínculos entre professor e estudantes

Fonte: elaboração própria.

O Planejamento de aula é o nível de plano mais operacional e detalhado - em que o professor sistematiza as atividades que realizará com o grupo de estudantes em sala de aula. Esse plano explicita os conteúdos, objetivos, metodologia ou procedimentos didáticos, os recursos e meios e o processo de avaliação, entre outros aspectos.

2 APONTAMENTOS FINAIS COM ÊNFASE NO PLANO DE AULA

Nos dias de hoje, é fundamental o professor fazer seus projetos pedagógicos e planos de aula alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com vistas a enriquecer as suas práticas em sala de aula, bem como assegurar os direitos de aprendizagem. Nos planos de aula, as informações como: nome da escola, do professor, o título ou o tema, modalidade, turma e componente curricular são tidos como rotineiros na dinâmica do fazer docente. Esclarecemos que o título ou tema diz respeito ao ponto específico que será tratado em sala de aula.

Antes de elaborar o plano de aula, é preciso o professor acessar o site da BNCC <basenacionalcomum.mec.gov.br> e ao encontrar os três arquivos principais disponibilizados BNCC para navegação, BNCC em PDF e BNCC em planilha, recomendamos clicar em BNCC em PDF que permite você baixar para o seu computador esse documento que norteia toda a educação brasileira. O docente pode ler todo o conteúdo e, conforme a necessidade, faz-se

relevante buscar o seu componente curricular e o ano ou série. De acordo com cada unidade temática tem-se os objetos de conhecimento.

Depois de localizar a unidade temática e o objeto de conhecimento, o professor pode elaborar o planejamento de aula, pois essa indicação deve decorrer da unidade e do objeto. Para registrar a habilidade deve-se escolher uma das habilidades referentes à unidade temática e o objeto de conhecimento selecionados. No geral se registra apenas uma habilidade para cada aula de acordo com cada disciplina. O local da aula e a duração dependem das orientações e regras da instituição educacional que se trabalha.

Os objetivos devem expressar conexão direta com o tema ou título e os objetivos específicos podem ser até três. A maior especificidade expressa a capacidade de síntese e de clareza do professor em relação ao conhecimento em apreciação. Quanto mais a linguagem for direta, clara e objetiva, melhor. É relevante inserir quais são os conhecimentos prévios trabalhados. Essa manifestação ajuda para que o aluno consiga entender quais são os conhecimentos que já foram trabalhados anteriormente e que ele terá que se valer para ter um desempenho a contento na sala de aula.

Ressalta-se que não existe um modelo ideal ou correto de plano de aula. O professor na elaboração do seu plano de aula deve considerar os fatores que influenciam sua orientação pedagógica e deve levar em conta a realidade espacial, cultural, social e econômica que a escola está inserida, bem como o projeto político pedagógico da instituição educacional. A busca efetuada pelo docente deve ser no sentido de criar e confeccionar um formato que atenda às suas necessidades mais diretas associadas aos ritmos e os gradientes de relações sociais. Destarte, o plano de aula deve atender às demandas específicas e ser construído em prol do aprendizado dos estudantes, sem perder de vista a sua conexão obrigatória com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018a.

BRASIL. *Constituição da República Federativa* (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, Acesso em: 28 mar 2015.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996: dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10 mar 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>, Acesso em: 29 mar 2015.

BRASIL. *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências*. Brasília: Planalto Central, 2013.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>, Acesso em: 29 mar. 2015.

CRUZ, C. H. C. Articulação do plano global com os planos da sala de aula. *AEC. Revista de Educação*. Ano 24, nº96, julho/setembro, 1995.

FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança*, 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo, Editora Edições Loyola, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANA, Ilza Martins. *Porque planejar? Como planejar? Currículo e Área-aula*, 11 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. *Sustinere-Revista de Saúde e Educação*, v. 4, n. 1, p. 161-162, 2016.

PARRA, Nelson. *Planejamento de currículo*. Revista Nova Escola. nº 5. 1972

PILLETTI, C. *Didática geral*. São Paulo: Ática, 2001.

PNE. *O Plano Municipal de Educação Caderno de Orientações*. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

RIBEIRO, Ledacy Paiva; FIGUEIREDO, Jorge Alberto. *Avaliação diagnóstica: uma breve reflexão. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense 2010*. Volume 1. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafip_a_ped_artigo_ledacy_paiva_ribeiro.pdf. Acesso em 04 set. 2020.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Alex Vieira; SILVA, Givanildo da. O planejamento da educação na contemporaneidade: a visão de gestores de escolas públicas de Recife e Olinda. *Rev. Bras. Estud. pedagógicos*. Brasília, v. 100, n. 256, p. 675-696, set./dez. 2019.

SILVA, Marcelo Soares Pereira. *O planejamento em educação*. Uberlândia: UFU, Programa Escola de Gestores, 2002.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. et.al. *Planejamento e trabalho coletivo*. Caderno 2 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública, Universidade Federal do Paraná; Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Curitiba, 2005, p. 27- 42.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*. Cadernos Libertd. São Paulo, 1995.

Enviado em: 27/04/2021.

Aceito em: 15/06/2021.

